



DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS

VELHOS HÁBITOS, NOVOS DESAFIOS

MARCELO ZARO (Org.)



Desperdício de alimentos: velhos hábitos, novos desafios

Marcelo Zaro

(org.)

Núcleo Pedagógico da UFRGS – Campus Litoral Norte

Colaboradores

Nádia de Fátima Borba Martins

Técnica em Assuntos Educacionais – Coordenadora do Núcleo Pedagógico da UFRGS –
Campus Litoral Norte

Verônica de Lima Mittmann

Pedagoga – Assessora do Núcleo Pedagógico da UFRGS – Campus Litoral Norte

Ana Lúcia Borges Andrade

Pedagoga – Assessora do Núcleo Pedagógico da UFRGS – Campus Litoral Norte

André Boccasius Siqueira

Professor do curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza –
UFRGS Campus Litoral Norte

Sthefania Kappel Pinzon

Bolsista Prorext/UFRGS



© dos organizadores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS – BICE – Processamento Técnico

D468 Desperdício de alimentos [recurso eletrônico] : velhos hábitos, novos desafios / org. Marcelo Zaro. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2018.
Dados eletrônicos (1 arquivo).

ISBN 978-85-7061-917-4

Apresenta bibliografia.

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Alimentos – Consumo. 2. Nutrição. 3. Política pública. I. Zaro, Marcelo.

CDU 2. ed.: 338.439.63

Índice para o catálogo sistemático:

1. Alimentos – Consumo	338.439.63
2. Nutrição	612.39
3. Política pública	304.4

Catálogo na fonte elaborada pela bibliotecária
Michele Fernanda Silveira da Silveira – CRB 10/2334

Direitos reservados à:



EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – Bairro Petrópolis – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Telefone/Telefax: (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR (54) 3218 2197

Home Page: www.ucs.br – E-mail: educs@ucs.br

O desperdício de alimentos e as políticas públicas no Brasil: entre ações produtivistas e políticas alimentares

Catia Grisa*
Armando Fornazier**

Apresentação

Não raro, as “soluções” para o problema do abastecimento alimentar perpassam o aumento da produção agrícola, manifestando-se em políticas públicas orientadas por um viés produtivista. Narrativas neomalthusianas, sustentadas no aumento populacional e em mudanças demográficas (deslocamento do campo para as cidades), oferecem suporte teórico-analítico para tais políticas. Igualmente, argumentos ricardianos, em torno das vantagens comparativas, destacam as contribuições da especialização produtiva e as potencialidades dos países agrários, nos mercados e no abastecimento globais. No entanto, a discussão sobre fome e insegurança alimentar também pode ser abordada por outros enfoques, notadamente pela ênfase no acesso aos alimentos e na diminuição dos desperdícios e das perdas dos mesmos. O objetivo deste artigo consiste em discutir as contradições presentes na ação pública brasileira, cujas medidas e políticas públicas seguem desde perspectivas produtivistas até políticas alimentares, orientadas ao acesso e à proximidade ao consumo. O artigo procura discutir as características e os elementos que estruturam as duas “soluções” e evidenciar algumas políticas públicas que materializam suas ações, principalmente aquelas relacionadas com o desperdício de alimentos.

* Professora adjunta no Departamento Interdisciplinar e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Possui experiência nas áreas de Ciências Sociais, Sociologia e Política, com ênfase nos campos da sociologia rural, das políticas públicas e do desenvolvimento rural. Desenvolve estudos e pesquisas nos seguintes temas: agricultura familiar, políticas públicas para a agricultura familiar, desenvolvimento rural e segurança alimentar e nutricional. *E-mail:* catiagrisa@yahoo.com.br

** Professor adjunto na Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília (FAV/UnB). Atua no Programa de Pós-Graduação em Agronegócios (PROPAGA/UnB). Tem experiência em Economia Agrícola, Economia Institucional, Cadeias Produtivas Agroindustriais, Mercados Institucionais e Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural. *E-mail:* armandouenf@yahoo.com.br

Introdução

O Brasil é anunciado em diversos espaços políticos e institucionais e também pela mídia como o “celeiro do mundo”. Segundo os dados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO, 2015), em 2013, o País configurava-se como o quarto maior produtor mundial de cereais, o quinto maior produtor de oleaginosas e o terceiro maior produtor de frutas. Como afirmado no mesmo documento, “A abundância produtiva do Brasil gera uma condição confortável no suprimento dos principais grãos: na safra 2014/2015, o País produziu excedentes de milho, soja e arroz.” (FAO, 2015, p. 17).

Ao mesmo tempo, de acordo com informações veiculadas pela Agência Brasil, em 30 de junho de 2016, o País também ocupava os primeiros lugares em termos de perdas e de desperdícios de alimentos. Segundo a reportagem, o Brasil deixava de contar com 41 mil toneladas de alimentos por ano, decorrentes de perdas durante a colheita, pós-colheita e distribuição e desperdícios no varejo, nos supermercados e pelos consumidores, colocando o Brasil entre os dez principais países que mais perdem e desperdiçam alimentos.¹

Contrastando a estes dados, embora o Brasil tenha saído do Mapa da Fome de 2015 das Nações Unidas (FAO, 2015), em 2013 ainda existiam cerca de 52 milhões de brasileiros sem acesso diário à comida com qualidade e na quantidade satisfatória, sendo que 34,5 milhões de pessoas viviam em condição de insegurança alimentar leve, 3 milhões com insegurança alimentar moderada, e 2,1 milhões com insegurança alimentar grave. (IBGE, PNAD, 2013). Cabe salientar que dados econômicos para os anos recentes, aliados a mudanças na segurança alimentar e nutricional no cenário internacional (FAO, 2017), recolocam o incremento da fome e da pobreza em pauta no País.

Por sua vez, não raro, as “soluções” para o problema da fome e da insegurança alimentar continuam enfatizando o potencial produtivo brasileiro, as suas vantagens comparativas e o aumento da produção e da produtividade agrícola, corroborando e dando impulso aos dados evidenciados anteriormente.

¹ Brasil desperdiça 41 mil toneladas de alimento por ano, diz entidade. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-06/brasil-desperdica-40-mil-toneladas-de-alimento-por-dia-diz-entidade>>. Acesso em: 3 out. 2017.

Outras respostas, mais intersetoriais e menos produtivistas, procuram discutir a questão do acesso aos alimentos pela população em situação de vulnerabilidade social – o que implica, por exemplo, a necessidade de garantias de renda e de distribuição de bens alimentares – e ainda ações para minimizar as perdas e os desperdícios de alimentos. Menos recorrente nas ações governamentais brasileiras, tal ênfase vem chamando a atenção e exigindo espaços nas agendas nacional e internacional.

O objetivo deste capítulo consiste justamente em discutir as contradições na ação pública brasileira, cujas medidas e políticas públicas, visando à redução da fome e à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), seguem desde perspectivas produtivistas até políticas alimentares orientadas ao acesso, à proximidade entre produção e consumo e a perspectivas intersetoriais. O texto procura discutir as características e os elementos que estruturam as duas “soluções” e evidenciar algumas políticas públicas que materializam suas ações, principalmente aquelas relacionadas com o desperdício de alimentos.

Para atender a esta finalidade, o artigo foi organizado em três seções principais. A primeira retoma brevemente a trajetória das políticas agrícolas no Brasil, procurando mapear a forma como o Estado promoveu o abastecimento alimentar. Neste processo, observa-se que o foco orientou-se predominantemente em políticas agrícolas produtivas (focadas no aumento da produção agrícola) e na liberalização dos mercados. A seção seguinte aborda alguns exemplos de políticas públicas, algumas criadas inicialmente pela sociedade civil, que, em uma perspectiva intersetorial e orientadas principalmente para o consumo, procuram contemplar o acesso aos alimentos, a proximidade entre produtores e consumidores e, ao mesmo tempo, contribuir para a redução de perdas e desperdícios de alimentos. Por fim, são sistematizadas algumas considerações sobre o debate realizado.

A política agrícola brasileira: soluções produtivistas para a fome e a insegurança alimentar brasileira

As perdas e os desperdícios de alimentos são preocupações recentes na agenda pública brasileira (PEIXOTO; SALES PINTO, 2016). Inquietações quanto ao abastecimento alimentar e à SAN geralmente foram e são tratadas com

respostas produtivistas (aumento da produção agrícola) e/ou a partir de perspectivas liberais, e menos no sentido da promoção do acesso aos alimentos e de ações para minimizar perdas e desperdícios.

Durante todo o período colonial até a década de 1930, sucederam-se diversos ciclos econômicos orientados para a produção monocultora de matérias-primas para exportação. (FURTADO, 1991). Tal dinâmica foi delineando uma trajetória marcada pelo viés agrário e pela inserção do País na divisão internacional do trabalho, a partir desta perspectiva. Prevalencia (mantendo-se em outras décadas, inclusive atualmente) a compreensão de que o Brasil teria uma “vocação natural” ou “uma vocação oceânica de exportador de bens primários, fornecidos por preços irrisórios, graças à riqueza da terra e à mão de obra barata”. (LINHARES; SILVA, 1979, p. 68). A produção de bens alimentares (como feijão, mandioca e milho) ocorria, em grande medida, de forma secundária, visando ao abastecimento das “Casas Grandes” e da mão de obra escrava.

A primeira crise de abastecimento no Brasil urbano ocorreu em 1870, justamente em função da prioridade dada à produção de cana-de-açúcar e de café, em detrimento do emprego da mão de obra (na época em crise com o fim do trabalho escravo) na pecuária e em culturas de consumo alimentar. (MENEZES, PORTO; GRISA, 2015; BELIK, 2000). Esta e outras crises que ocorreram até a década de 1930 foram enfrentadas, em grande medida, a partir de perspectivas liberais, cabendo a intervenção do Estado (em algumas ocasiões), a partir de instrumentos comerciais, apostando no controle dos produtos exportados, no tabelamento de preços para a venda no mercado interno, e na facilitação para importação de determinados produtos. A ênfase nas “vantagens comparativas” dos países, em perspectivas baseadas no livre-mercado e na crença do abastecimento, via mercado global (RICARDO, 1982), guiavam as ações do governo, que, inclusive, não priorizou o aumento da produção agrícola. (MENEZES; PORTO; GRISA, 2015; LINHARES; SILVA, 1979).²

² Em 1917, o Brasil vivenciou uma nova crise de abastecimento decorrente da prioridade dada à produção de café, do deslocamento de produtos alimentares (notadamente arroz, feijão e carne) para exportação dada à demanda dos países beligerados (a importação de trigo da Argentina também foi comprometida, em decorrência da prioridade desta ao mercado interno e aos países beligerados) e do monopólio da produção, comercialização e do crédito por companhias e Bancos estrangeiros, os quais formavam *trusts* e atuavam no encarecimento dos gêneros alimentícios de primeira necessidade. No entanto, a resposta para esta crise alimentar continuava apostando no livre-mercado. Linhares e Silva (1979, p. 35) trazem um depoimento

A partir de 1930, em um novo contexto social e político – fim da política café com leite, ênfase na industrialização, crescente urbanização e redução da população rural³ –, as preocupações voltaram-se para o mercado interno e exigiram intervenção do Estado. Conjuntamente com políticas de controle dos preços e das políticas comerciais (controle de importações e exportações), houve a criação de “um importante segmento burocrático responsável pelo funcionamento de uma avantajada máquina estatal”. (LINHARES; SILVA, 1979, p. 90). Autarquias para regular a produção e a comercialização foram criadas (Departamento Nacional do Café, Instituto do Açúcar e do Alcool, Serviço de Expansão do Trigo, entre outras) e ainda começaram a emergir estímulos à produção agrícola (crédito rural e preços mínimos), os quais ganharam força, a partir das décadas de 1960 e 1970.⁴ Nota-se, portanto, neste período, a transição de apostas no livre-mercado para políticas produtivistas no tratamento do abastecimento alimentar e na promoção da segurança alimentar e nutricional.

No início dos anos 1960, o Brasil vivia um contexto de importante crise no abastecimento alimentar. Linhares e Silva (1979, p. 157) observam que “as condições econômicas gerais no país eram extremamente graves, com a produção agrícola crescendo menos do que o índice demográfico (2% contra 3,5% ao ano), ao mesmo tempo em que a inflação se elevava rapidamente – em 1959, se situava em 20%; em 1959, à custa de vários mecanismos oficiais, mantinha-se em 38,9%; atingindo, em 1961, 65%; em 1962, chegaria a 66% e, em

ilustrativo neste sentido. Segundo os autores, o presidente da Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), em pronunciamento no Congresso de Cereais teria afirmado: “O preço das coisas é uma relação de valor determinado pela oferta e procura. Para diminuí-lo, em vez de restringir a procura, pela eliminação dos compradores estrangeiros, voltemos a atenção para o aumento da oferta, busquemos com empenho [...] estimulá-lo, realizá-lo”. Para Linhares e Silva (1979, p. 35), “tal posição seria uma resposta firme àqueles que queriam, através de legislação específica, limitar as exportações. A única forma legal do governo quebrar o *laissez-faire* seria promover e incentivar a produção, aumentando a capacidade produtiva e, conseqüentemente, o enriquecimento dos grandes proprietários, e nunca limitar, de qualquer forma, a liberdade comercial”. Complementarmente, outras propostas de enfrentamento da crise de abastecimento, passavam pela demanda de redução de tarifas aduaneiras para produtos importados.

³ Linhares e Silva (1979, p. 65) afirmam que “no período compreendido entre 1940 e 1950 era inegável que o crescimento, bem como os movimentos demográficos começavam a incidir sobre a produção agrícola, refletindo na questão do abastecimento, na medida em que o êxodo rural iria incidir diretamente na escassez da mão de obra na agricultura”.

⁴ Iniciativas de promoção do acesso aos alimentos, notadamente dando poder de consumo aos trabalhadores, também foram delineadas. Cita-se a criação do salário-mínimo e do Serviço de Assistência da Previdência Social (SAPS), que visava a promover a instalação de restaurantes destinados aos trabalhadores e o fornecimento de alimentos por parte das empresas. Ademais, como lembram Linhares e Silva (1979, p. 63), “os operários, para acalmar suas reivindicações, haviam sido contemplados com abonos, objetivando-se, assim, corrigir a perda do salário real”.

1963, registrava já 83%”. Complementarmente, destacava-se o “modo arcaico e as relações de produção anacrônicas como fatores responsáveis pelo atraso do campo no País [...] tornava-se necessário modernizar o setor através da elevação do nível tecnológico da agricultura brasileira”. (LINHARES; SILVA, 1979, p. 150-151).

Neste contexto, emergiram iniciativas para estruturar um sistema nacional de abastecimento (Superintendência Nacional de Abastecimento, Companhia Brasileira de Armazenagem, Companhia Brasileira de Alimentos, Proposta de Reforma Agrária, Centrais de Abastecimento, entre outras)⁵ e, principalmente, ganhou espaço a visão produtivista da agricultura. Narrativas neomalthusianas⁶ ancoradas no aumento populacional e em mudanças demográficas (deslocamento do campo para as cidades) ofereceram suporte teórico-analítico para tais proposições.⁷ Políticas como o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) (1965), a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) (1966), o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) (1973) e a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (1972) e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) (1974) foram fundamentais para promover a modernização da agricultura e incrementar a produção e a produtividade da mesma.

No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, com a crise de endividamento dos países da América Latina, a abertura comercial e, no caso brasileiro, a criação do Plano Real em 1994, houve importantes mudanças no papel do Estado na sociedade brasileira. A narrativa em torno do mercado, como regulador do abastecimento, novamente ganhou proeminência, agora em um contexto de globalização dos mercados. Igualmente apostando nas “vantagens

⁵ Nas décadas de 1970 e 1980, também surgiram diversas iniciativas (várias delas mais pontuais geograficamente ou com muitas limitações), que procuravam fortalecer a produção de alimentos básicos, a comercialização destes por meio de iniciativas governamentais (Rede Somar e Programa de Abastecimento de Alimentos em áreas de Baixa Renda) e de promoção do acesso (Programa Alimentação do Trabalhador, Programa de Alimentação Popular, Programa Nacional de Leite para Crianças Carentes, etc.).

⁶ O economista britânico Thomas Robert Malthus no seu livro *Essay on the principle of population* (1798), descreve a preocupação da produção de alimentos crescer em intervalos de progressão aritmética (1,2,3,4,5,6...) enquanto a população crescia em intervalos de progressão aritmética (1,2,4,8,16, 32...). Assim, um resultado seria um grande *déficit* na oferta de alimentos, situação que deixaria muitas pessoas famintas.

⁷ De acordo com Maluf (2007, p. 60), a Conferência Mundial de Alimentação, organizada pela FAO em 1974, em um contexto de crise aguda provocada por restrições na oferta global de alimentos, consolidou o “enfoque centrado na necessidade de fazer crescer a produção mundial de alimentos para enfrentar a carestia e a fome, acompanhada da montagem de um sistema internacional de ajuda alimentar e de coordenação das reservas de grãos”.

comparativas” internacionais, tarifas de importações foram mitigadas, com a finalidade de controlar a inflação, a partir da eficiência econômica global. Diversas políticas de promoção da agricultura e do abastecimento alimentar foram reestruturadas, privatizadas ou extintas, e ganharam espaço no cenário nacional as redes de supermercados e de grandes agroindústrias, alterando as relações entre a produção e o consumo. Para dar conta das situações de insegurança alimentar e fome, políticas focalizadas de assistência direta às populações, em situação de vulnerabilidade social passaram a fazer parte do receituário. (MENEZES; PORTO; GRISA, 2015).

No entanto, esta também foi a década de um amplo debate sobre a fome e a SAN no Brasil. Em 1993, um estudo mostrou que 32 milhões de brasileiros – o equivalente à população total da Argentina – encontravam-se em situação de indigência. (PELIANO, 1993). Conhecido como o “Mapa da Fome”, tal documento colocou o tema na agenda pública, juntamente com a “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida” e a respectiva “Campanha Nacional de Combate à Fome” desenvolvida também nesse ano, liderada por Herbert de Souza, o Betinho. Também contribuiu neste contexto a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e a realização da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, os quais colocaram em debate justamente a noção de segurança alimentar e nutricional (SAN).

Nestes documentos ou eventos, o diagnóstico principal sobre os problemas do abastecimento alimentar e da fome recaiam principalmente sobre as dificuldades de acesso da população aos alimentos. Medidas relacionadas ao combate ao desemprego, a melhorias na remuneração dos trabalhadores, à redução “da enorme distância que separa o preço recebido pelos produtores dos custos de aquisição dos alimentos básicos na rede do comércio varejista”, e à distribuição gratuita de alimentos para grupos específicos da população faziam parte das estratégias para enfrentar o problema alimentar. (PELIANO, 1993).

Embora já se reconhecesse a problemática das perdas e dos desperdícios de alimentos, tal assunto tinha dificuldades de entrar na agenda pública. No documento,

O Mapa da Fome: subsídios à Formulação de uma Política de Segurança Alimentar”, reconhecia-se que “a cada ano, uma parcela expressiva da produção agrícola (cerca de 20%) é perdida por deficiências de armazenagem, transporte e manuseio, ao mesmo tempo em que aumenta o número de brasileiros que não conseguem manter padrões mínimos de alimentos. Alimentos se deterioram em algumas regiões mais desenvolvidas do país, enquanto nos rincões mais distantes das regiões mais pobres um número expressivo de pessoas não dispõe do que comer. (PELIANO, 1993, p. 6).

No entanto, tal evidência não se manifestava em políticas públicas, as quais privilegiavam a abertura comercial e ações focalizadas de acesso aos alimentos.

No início dos anos 2000, o tema da fome e da SAN retornou novamente à agenda pública, notadamente por meio do Projeto e Programa Fome Zero. O Projeto Fome Zero partiu da premissa do direito humano à alimentação e do diagnóstico de que este não estava sendo efetivado em razão da insuficiência da demanda, da incompatibilidade dos preços dos alimentos com o poder aquisitivo da maioria da população e da exclusão da população pobre do mercado. Para alterar este cenário, recolocando o papel do Estado no abastecimento alimentar, o Projeto Fome Zero propôs um conjunto de políticas estruturais, que visavam a melhorias na renda e o aumento da oferta de alimentos básicos. Dentre estas ações, reconhecia-se a questão das perdas e de desperdícios de alimentos, e a necessidade de políticas públicas:

Os números do desperdício de alimentos ao longo de toda a cadeia produtiva contrastam fortemente com a fragilidade e baixa autonomia da maioria das iniciativas de combate à fome apoiadas ou dependentes exclusivamente de doações. Segundo estimativas da Embrapa, as perdas da produção agrícola, desde a produção até chegar às residências das pessoas, chegam a uma média de 30% de tudo o que se produz no país. [...] Em todo o mundo, há muito tempo, são desenvolvidos programas de combate a todas as formas de desperdícios. Esses programas buscam a doação de produtos que, por razões variadas, tornam-se impróprios à comercialização, mas mantêm inalteradas suas propriedades, não oferecendo qualquer risco ao consumo humano. (INSTITUTO CIDADANIA, 2001, p. 57).

Coerente com esta análise, o Projeto propunha claramente estímulos aos Bancos de Alimentos, uma iniciativa que, como será discutido a seguir, surgiu no final dos anos 1990 e, a partir de 2003, passou a configurar-se como uma das ações do Estado. Trata-se de uma iniciativa de captação de alimentos, que seriam desperdiçados e posteriormente doados a organizações beneficentes e

população carente. Logo em seguida, outras políticas públicas foram articuladas nesta temática ou manifestaram contribuições a respeito, em grande medida, relacionadas ao desperdício de alimentos na distribuição ou no consumo.

Em 2008, com a crise internacional dos preços dos alimentos, a problemática do abastecimento alimentar ganhou novo impulso. Neste contexto, acompanhando as discussões internacionais,⁸ o Brasil acentuou o papel de Estado, retomou os estímulos à produção e à modernização da agricultura, e viu nesta uma oportunidade para exaltar suas “vantagens comparativas” e consolidar-se no abastecimento internacional. Como noticiaram algumas mídias, “a crise alimentícia que preocupa o mundo é uma boa oportunidade para o crescimento do agronegócio brasileiro [...], pois é uma das nações mais preparadas para suprir a atual escassez de alimentos”.⁹ Crédito agrícola para modernização dos estabelecimentos (familiares e não familiares) e fortes investimentos em infraestruturas foram algumas das medidas estimuladas. Repostas produtivistas à crise alimentar foram prevaletentes, em detrimento de outras interpretações, como o combate ao desperdício de alimentos.

Este breve resgate das políticas agrícolas e de abastecimento alimentar aponta que três conjuntos de respostas aos problemas da fome, das crises alimentares e da insegurança alimentar foram prevaletentes durante a trajetória brasileira: a) políticas de livre-mercado, a partir de compreensões de que as vantagens comparativas e a dinâmica do mercado autorregulado garantiriam o abastecimento global; b) políticas neomalthusianas, defensoras e propulsoras do aumento da produção e da produtividade agrícola; e, c) políticas cétricas em relação à eficiência do mercado global, críticas ao produtivismo e promotoras do acesso aos alimentos. A problemática das perdas e dos desperdícios de alimentos encontra abrigo (ainda marginal) principalmente neste terceiro conjunto, notadamente em ações que buscam eficiência na distribuição e no consumo dos alimentos. Políticas agrícolas orientadas às perdas de alimentos, no âmbito da produção ou à rediscussão do sistema agroalimentar (cadeias curtas,

⁸ Como mencionam Belik, Cunha e Costa (2012, p. 109), líderes mundiais e organizações internacionais passaram a recomendar a “necessidade de os países promoverem maior gasto público em novas tecnologias, mais crédito aos produtores e flexibilização do acesso de investidores estrangeiros aos mercados de terras”.

⁹ Crise de alimentos: Brasil será “celeiro” do mundo. Disponível em:

<<http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia-old.php?c=151954&e=35>>. Acesso em: 3 out. 2017.

revisão dos padrões de qualidade, melhor aproveitamento dos recursos naturais, etc.) ainda são escassas. Como mencionam Belik, Cunha e Costa (2012, p. 110), “[...] é importante observar que a dimensão da eficiência global das cadeias produtivas [eficiências ao longo das cadeias produtivas] é pouco valorizada pelas políticas agrícolas nacionais, que enfatizam, via aumento da produtividade dos fatores de produção, o aumento da produção bruta por hectare cultivado e não o incremento da oferta líquida de alimentos para o consumo final”.

As políticas alimentares brasileiras na interface com o enfrentamento das perdas e dos desperdícios de alimentos

Como sinalizado na introdução deste texto, esta seção objetiva discutir algumas políticas alimentares que, em suas ações, contribuem para a redução das perdas e do desperdício de alimentos. Algumas dessas políticas trazem tal objetivo explícito, outras contribuem tangencialmente. Como será apresentado, em grande medida, tais ações situam-se no âmbito do consumo e, não raro, procuram promover o acesso e o encurtamento da distância dos consumidores aos alimentos.

Banco de Alimentos – experiências da sociedade civil e do Estado, no enfrentamento de perdas e de desperdício na distribuição e no consumo de alimentos

Os Bancos de Alimentos são iniciativas que visam a aproveitar alimentos que, ainda em condições de consumo, seriam jogados fora ou desperdiçados. Como mencionam Belik, Graziano da Silva e Takagi (2001, p. 128), “a criação dos Bancos de Alimentos é uma forma de aproveitamento dessas sobras, atuando no recolhimento e distribuição a associações beneficentes ou diretamente a famílias carentes”. De forma similar, Belik, Cunha e Costa (2012, p. 116) evidenciam que se trata de “organizações que contam com estrutura logística capaz de receber, selecionar, avaliar, selecionar e doar alimentos para instituições e pessoas necessitadas, podendo ter múltiplos propósitos de ação comunitária, como orientação nutricional, orientações jurídicas, distribuição de outros gêneros de consumo, etc.”

No Brasil, os Bancos de Alimentos emergiram de ações não governamentais e, a partir de 2003, entraram na agenda governamental no âmbito das Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional. Como mencionam Belik, Cunha e Costa (2012, p. 4), “Uma das peculiaridades do caso brasileiro é dada pela co-existência de dois formatos organizacionais de Bancos de Alimentos, um de natureza pública não-governamental e outro com apoio e gerenciamento estatal, e articulado a outras políticas de segurança alimentar”.

No âmbito das ações não governamentais, cabe ser destacada a atuação do Serviço Social do Comércio (SESC). Segundo Belik, Cunha e Costa (2012), em 1997 o SESC iniciou o programa de colheita urbana¹⁰ e, no ano de 2000, inaugurou seu primeiro Banco de Alimentos, no Município do Rio de Janeiro e, posteriormente, em Fortaleza (2001) e Recife (2002). A partir de 2003, os projetos ganharam dimensão nacional, com a constituição do Programa Mesa Brasil SESC¹¹ e com o estabelecimento de Bancos de Alimentos ou projetos de colheita urbana em todos os estados brasileiros.

Outra iniciativa não governamental emergiu da Organização Não Governamental (ONG) Banco de Alimentos, que distribui milhares de toneladas de produtos “resgatados” por mês, na Grande São Paulo, por meio do sistema de coleta urbana.¹² Segundo o MMA (2016), a ONG Banco de Alimentos foi criada em 1998 pela economista Luciana Quintão, sendo seu objetivo articular a sobra de alimentos com a doação para onde os mesmos fazem falta, permitindo que um número maior de pessoas tenha acesso a alimentos básicos e próprios para o

¹⁰ De acordo com os autores, colheita urbana e Banco de Alimentos apresentam características muito similares. Ambos visam à distribuição alimentar e ao combate ao desperdício. No entanto, o primeiro atua apenas na coleta e distribuição imediata de alimentos, não requerendo infraestrutura específica de beneficiamento, nem área para estocagem, elementos presentes nos Bancos de Alimentos.

¹¹ Em relação ao Programa Mesa Brasil SESC, é importante mencionar a parceria realizada, no contexto do Projeto Fome Zero (mencionado na seção anterior), entre o SESC e a Conab, cabendo a esta a compra de alimentos da agricultura familiar (por meio do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, apresentado a seguir) com posterior doação ao referido Programa. Neste caso, não se trata de alimentos que seriam desperdiçados, ainda que, como será discutido, tenham contribuições importantes para o aproveitamento dos alimentos.

¹² Conforme SEMDESPERDÍCIO (2017, s.n.): “O Banco de Alimentos é uma associação civil que atua com o objetivo de minimizar os efeitos da fome e combater o desperdício de alimentos, permitindo que um maior número de pessoas tenha acesso a alimentos básicos e de qualidade – e em quantidade suficiente – para uma alimentação saudável e equilibrada. Os alimentos distribuídos são excedentes de comercialização e produção, perfeitos para o consumo. A distribuição possibilita a complementação alimentar a todas as pessoas assistidas pelas mais de 40 instituições cadastradas no projeto, ou seja, mais de 22 mil pessoas por mês”.

consumo.¹³ A ONG possui um “desperdiçômetro” em seu *site* para chamar a atenção acerca do assunto. No ano de 2015, a organização também lançou a campanha Desperdício Gourmet, na qual *chefs* de cozinha foram convidados a criar pratos de alto nível, a partir de partes não convencionais dos alimentos, geralmente descartados, como cascas, sementes, talos e folhas.¹⁴

No início de 2000, emergiram ações governamentais. No ano de 2000, a Prefeitura Municipal de São André (SP) estabeleceu o Banco Municipal de Alimentos de Santo André e, em 2003, o tema ganhou espaço na agenda federal, sendo apoiado pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) – atual Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). A partir de então, o MDS passou a repassar recursos, equipamentos e utensílios para prefeituras e governos estaduais, com a finalidade de implementação (e modernização) de Bancos de Alimentos. Conforme informação governamental, estima-se a existência de 107 Bancos de alimentos em funcionamento sob gestão pública dos estados e municípios.¹⁵

No âmbito das ações governamentais, também é importante ressaltar a atuação dos Bancos de Alimentos articulados com outras iniciativas. Uma delas refere-se à articulação dos Bancos de Alimentos com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Por meio deste último, o governo federal compra alimentos da agricultura familiar e distribui para equipamentos públicos de alimentação e nutrição, sendo um deles o Banco de Alimentos. Ainda que aquele Programa não tenha uma relação direta com ações de redução de perdas e desperdício dos alimentos, o mesmo (conjuntamente com outros mecanismos de compras públicas da agricultura familiar) apresenta interfaces importantes, como serão exploradas na próxima seção.

Outra iniciativa consistiu em articular os Bancos de Alimentos, com as Centrais de Abastecimento (Ceasas), que são empresas estatais ou de capital

¹³ Além da distribuição de alimentos, o Banco de Alimentos oferece cursos, palestras, *workshops* e oficinas culinárias sobre práticas de aproveitamento integral dos alimentos e maneiras adequadas de consumi-los. (*Revista Ideias na Mesa*, 2013).

¹⁴ A exemplo destas, outras ações privadas foram emergindo, como o Banco de Alimentos do Conselho de Responsabilidade Social e Cidadania da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), no ano 2000. Em 2007 foi criada a Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul, articulando Bancos de Alimentos de iniciativa privada de 22 localidades (representando 34 municípios).

¹⁵ Informação veiculada no *site* do MDS, com o título “MDS regulamenta estrutura dos bancos de alimentos”, publicada no dia 9 de junho de 2017. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-impressao/noticias/2017/junho/mds-regulamenta-estrutura-dos-bancos-de-alimentos>>.

misto responsáveis por regular e organizar a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros em nível de atacado em diversas regiões brasileiras. (BELIK; CUNHA, 2015). Conforme relatórios anuais da Conab, uma quantidade expressiva de alimentos é comercializada por ano nestes espaços.¹⁶ No entanto, conforme *Revista Ideias na Mesa* (2013), 30% das perdas totais da produção brasileira também ocorrem nesses locais,¹⁷ ocasionadas pela precária estrutura de muitas dessas centrais, embalagens não adequadas para a comercialização, limitações em termos de boas práticas de acondicionamento e seleção, e concepções equivocadas de qualidade (focadas na aparência).¹⁸ A partir deste cenário e no bojo do projeto Fome Zero, começou a ocorrer uma aproximação entre as centrais de abastecimento e os Bancos de Alimentos. (CUNHA, 2006). De acordo com informações reunidas por Belik, Cunha e Costa (2012), de 24 organizações gestoras de mercados atacadistas em 2009, nove dispunham de Bancos de Alimentos e 12 desenvolviam iniciativas de coleta e distribuição de alimentos e orientação nutricional aos consumidores.

Visando ao fortalecimento e à integração de diversas iniciativas de Bancos de Alimentos de entes federados e de ações não governamentais, em 2016, por meio da Portaria 72, de 15 de abril, o MDS criou a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, com a missão de “fortalecer e integrar a atuação dos Bancos de Alimentos, de modo a contribuir para a diminuição do desperdício de alimentos no Brasil e para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada”. Segundo notícia veiculada pelo MDS, em 2016 havia 220 Bancos de Alimentos públicos e privados atendiam mais de 10 mil instituições, beneficiando mais de 4 milhões de pessoas.¹⁹

¹⁶ Relatórios da Conab podem ser encontrados no site: <<http://www3.ceasa.gov.br/siscomweb/>>. Para ilustrar a importância do volume de alimentos comercializadas, citam-se os dados de 2016. Nesse ano foram comercializadas 15 milhões de toneladas, perfazendo cerca de R\$ 39 bilhões de reais.

¹⁷ Disponível em: <<http://www.ceasa.gov.br/index.php?pag=15>>.

¹⁸ Como comenta Sabio et al. (2015, p. 11), “outro problema bastante comum [na problemática de perdas e desperdícios de alimentos] é a preferência dos canais habituais de distribuição por frutas e legumes perfeitos em termos de formato, cor e calibre, o que acaba por restringir o consumo de alimentos que não se enquadrem nesses padrões (os “feios”). Essa exigência, portanto, tende a agravar o desperdício de produtos perfeitamente adequados para consumo”.

¹⁹ Notícia “Banco de Alimentos é alternativa contra o desperdício”, publicada no site do MDS em 19-5-2016. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2016/maio/banco-de-alimentos-e-alternativa-contra-o-desperdicio>>.

Modernização do mercado hortigranjeiro: estratégias para minimizar as perdas na distribuição e o desperdício no consumo

Considerando, como mencionado acima, que uma parte importante das perdas ocorre nas Ceasas em decorrência de limitações de infraestrutura, em 2005, por meio da Portaria 171, teve início o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort), com a finalidade de fomentar o desenvolvimento do setor em interação com os estados, municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e de distribuição.

Segundo a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) (2014), o Prohort abarca uma série de ações para o desenvolvimento e a reestruturação do sistema, além de estratégias para a revitalização e modernização das CEASAS e do setor hortigranjeiro.

Entre os trabalhos desenvolvidos, destacam-se: a criação de uma ampla base de dados estatísticos para o setor, com o desenvolvimento de metodologias específicas de pesquisa para subsidiar a formulação de políticas agrícolas, de abastecimento e análises econômicas; a capacitação de agentes de comercialização e a estruturação das CEASAs, visando um modelo logístico adequado de escoamento de produtos; o treinamento e capacitação de micro e pequenos agricultores, propiciando a inserção destes ao mercado formal de comercialização; a indução de processos produtivos, cuja base de produção tenha observado padrões agroecológicos recomendados; o estabelecimento de padrão de qualidade, de preservação, de classificação e homogeneização dos produtos, contribuindo para a segurança do consumo e a diminuição de desperdícios de alimentos; a proposição de campanhas educativas incentivando o consumo de alimentos saudáveis; a ampliação das funções das CEASAs, por meio da integração com universidades, órgãos de pesquisa e de fomento. (CAISAN, 2014, p.14).

A preocupação com a modernização das Centrais de Abastecimento fez com que fosse criado um Grupo de Trabalho (GT) para discutir a problemática e propor ações. O chamado “Plano de Modernização das Centrais de Abastecimento” de 2013 foi elaborado pelo GT da Portaria Mapa 1.037, de 9/11/2012 e Portaria Mapa 1.090, de 28/11/2012. Entre suas proposições na linha de Inserção Produtiva, constam várias ações que visam a diminuir o desperdício de alimentos, sendo algumas delas:

desenvolver ações de segurança alimentar e nutricional e educação alimentar e nutricional para o público das centrais de abastecimento; promover ações educativas que visem à redução do desperdício nas centrais de abastecimento; estimular e consolidar os circuitos locais e regionais de comercialização e de abastecimento (feiras, sacolões, varejões e venda direta); estabelecer canais com feiras livres, mercados municipais e demais equipamentos públicos de venda a varejo, objetivando o abastecimento adequado de centros populacionais; treinar/capacitar os agricultores sobre boas práticas agrícolas e de pós-colheita; capacitar, de forma continuada, produtores, permissionários e técnicos das Ceasas, sendo importante, para tal, estabelecer convênios com instituições públicas que podem vir a desenvolver cursos customizados, à distância, de manuseio pós-colheita e redução do desperdício de alimentos em toda a cadeia produtiva de produtos hortícolas.

Verifica-se que algumas ações possuem relação com a preocupação da cadeia produtiva na medida em que incentivam, por exemplo, os circuitos curtos de comercialização, contribuindo, neste sentido, para a redução de perdas no transporte e logística em geral. Outras ações estão mais relacionadas ao manejo propriamente, aportando conhecimento sobre técnicas e práticas agrícolas, pós-colheita e comercialização, embalagens adequadas, etc. Conforme menciona a *Revista Ideias na Mesa*,

a falta de estrutura para o transporte e embalagens inadequadas [...] contribuem para a perda de alimentos antes mesmo que eles cheguem à mesa do consumidor. Entre os anos de 1999 e 2012, a Ceasa-RS fez um trabalho para introduzir novas embalagens e reduzir o uso de caixas de madeira, tentando opções como caixas de plástico, retornáveis e mais higiênicas, ou mesmo de material descartável, como o papelão. Parte da perda [...] ocorre porque a embalagem de madeira, quando reutilizada, pode ser contaminada por fungos e bactérias que acabam por contaminar e apodrecer mais rapidamente o alimento. Junte a isso o fato de que batatas, tomates e outras verduras que saem do produtor em caixas ou sacas pesadas, ao ser despejadas em outras caixas ou mesmo em gôndolas da Ceasa, sofrem quedas, por terem peso maior do que os trabalhadores podem suportar. (2013, p. 5).

Neste sentido, melhorias na dinâmica de funcionamento, de comercialização e de consumo nas CEASAS podem ter efeitos importantes na redução das perdas e do desperdício de alimentos no país.

A pesquisa agropecuária e iniciativas de redução das perdas e desperdícios dos alimentos

A redução das perdas e dos desperdícios de alimentos é um tema que tem entrado na agenda de diversas instituições de pesquisa, com destaque, no caso brasileiro, para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Pesquisas e estudos relacionados ao manejo de pragas, agroindustrialização e processamento dos alimentos, práticas de pós-colheita, embalagens, logística e aproveitamento de resíduos são alguns dos temas abordados por pesquisadores da instituição.

Destacam-se, por exemplo, pesquisas e trabalhos conduzidos pela Embrapa Hortaliças, com a finalidade de desenvolver técnicas e de construir e divulgar conhecimentos sobre formas de conservar e de cozinhar esses alimentos, produtos muito perecíveis e suscetíveis ao desperdício. Em termos de promoção da informação, é importante destacar a criação do *site* Hortaliças na Web,²⁰ que estimula o consumo de hortaliças e traz dicas sobre como comprar, conservar e cozinhar esses alimentos.

De forma similar, destacam-se iniciativas da Embrapa Agroindústria de Alimentos. Salientamos, por exemplo, a realização de capacitações em Boas Práticas de Manipulação em Banco de Alimentos, como a ocorrida em Mesquita, Rio de Janeiro. Segundo a Embrapa (2017), o curso teve como objetivo abordar aspectos ligados à segurança alimentar e à redução de desperdícios de alimentos, principalmente no âmbito do Banco de Alimentos municipal, que é administrado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e recebe doações de redes de supermercados, do Ceasa-RJ e da Conab via PAA.

Reunindo e visando a dar visibilidade a dados e informações sobre a magnitude do fenômeno estudado, e igualmente aos estudos, pesquisas e ações realizados, em 2016 a Embrapa também criou uma página temática sobre perdas e desperdício de alimentos.²¹ Deste modo, se em décadas anteriores e ainda atualmente continuam prevalecendo pesquisas focadas na produção e na produtividade do rural brasileiro (orientadas pela competitividade internacional ou por narrativas neomalthusianas), outros elementos relativos ao

²⁰ Disponível em: <http://www.cnph.embrapa.br/hortalicasnaweb/sobre_site.html>

²¹ Disponível em: <<https://www.embrapa.br/tema-perdas-e-desperdicio-de-alimentos/solucoes-tecnologicas>>.

abastecimento e à segurança alimentar e nutricional começam a ganhar espaço na agenda da pesquisa agropecuária.

As compras públicas e as boas práticas alimentares na redução do desperdício

As compras públicas de alimentos da agricultura familiar também são mecanismos que contribuem para a redução de perdas e desperdício de alimentos, ainda que tais finalidades não estejam explícitas entre seus objetivos. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são os principais instrumentos de compras públicas da agricultura familiar atualmente existente no País. O primeiro visa comprar alimentos da categoria social e repassar para organizações socioassistenciais ou equipamentos públicos de alimentação e nutrição. O segundo, a partir de 2009, passou a garantir que, no mínimo, 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), destinados à alimentação escolar, sejam empregados na aquisição de alimentos da agricultura familiar.

No âmbito da produção, estes programas contribuem para a redução das perdas de alimentos, na medida em que estimulam a inserção de determinados alimentos no mercado, sendo estes antes destinados apenas para o consumo das famílias dos agricultores ou pouco valorizados comercialmente pelas mesmas (ainda que presentes em seus estabelecimentos). Produtos da horta, do pomar e do extrativismo que antes, em algumas situações, eram subaproveitados pelas famílias dos agricultores, passaram a ser inseridos nestes mercados institucionais, principalmente no PAA/modalidade Compra com Doação Simultânea.²² Deste modo, alimentos que seriam perdidos na esfera da produção foram transferidos para o consumo de outras famílias, mediados pelo Estado.

No âmbito do consumo, muitas organizações socioassistenciais, famílias em situação de vulnerabilidade social ou ainda merendeiras, que recebiam os

²² O depoimento de uma gestora da Conab apresentado por Siliprandi e Cintrão (2014) ilustra o afirmado: “Elas [mulheres agricultoras familiares] trabalham muito com hortaliças, com cheiro verde (coentro com cebolinha). Aqui no Maranhão tem uma folha, que é a vinagreira, que eles fazem o famoso cuxá. [...] Então a maioria das pessoas que trabalham com horticultura tem a vinagreira, aqui no Maranhão. Parece até uma erva daninha, que todo lugar tem vinagreira. Eles usam no dia a dia. A vinagreira é usada para fazer o arroz de cuxá ou somente o cuxá puro, com o camarão [...]. A gente trabalha com uma grande variedade de produtos. [...] Aqui nós temos uma planta nativa que é chamada jongome. Então aquilo ali é nativo, ninguém planta. Mas mesmo assim nós [a Conab] compramos. Porque o agricultor tem que ir lá, colher e colocar no Programa”.

alimentos oriundos destes programas, não tinham conhecimentos sobre como preparar ou consumir determinados alimentos, ou ainda não dominavam técnicas de conservação e de aproveitamento dos alimentos. Com efeito, não raro, os estudos realizados sobre os programas evidenciam a realização de cursos de boas práticas alimentares, com a finalidade de não gerar desperdício de alimentos. Em pesquisa na região de Pelotas, por exemplo, Grisa et al. (2015) evidenciaram que, no início da execução do PAA, os consumidores desconheciam ou não estavam habituados a comer determinados alimentos, a exemplo de couve, beterraba, abóbora e peixe. Foram situações como esta, decorrentes das diferenças de hábitos alimentares entre a população rural e urbana, ou da introdução de alimentos considerados saudáveis, mas desconhecidos dos consumidores, que desencadearam a necessidade de realização de cursos de boas práticas alimentares na localidade.

Além de cursos sobre como preparar os alimentos, também foram realizadas capacitações para conservação (nos casos em que eram recebidas grandes quantidades de um mesmo produto) e aproveitamento integral dos alimentos. Exemplos apresentados no Caderno Comemorativo de Boas Práticas de Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar, organizados pelo FNDE em 2017, também ilustram estas iniciativas. Ao trazer o caso de Janiópolis (PR), os autores mencionam que “o brócolis passou a ser utilizado praticamente todo, incluindo flores e talos em farofas supernutritivas e coloridas, assim como a couve-manteiga, que tem suas folhas e talos utilizados nesta preparação tão rica e saborosa”. (FNDE, 2017, p. 48). A educação alimentar torna-se fundamental nestes casos, seja no sentido de práticas de conservação e manipulação dos alimentos, seja no incentivo ao consumo de alimentos não convencionais ou fora dos padrões tradicionais de classificação ou ainda considerados “feios”, contribuindo para a redução do desperdício.

Além dessas interfaces no âmbito da produção e do consumo, as compras públicas da agricultura familiar contribuem com o enfrentamento de perdas de alimentos, na medida em que prezam pelos circuitos curtos de produção e comercialização. Ao privilegiar o consumo de alimentos produzidos localmente e a proximidade entre produtores e consumidores, minimiza-se a atuação de diversos atravessadores e as longas distâncias, os quais podem potencializar perdas e desperdícios de alimentos. Deste modo, ainda que não sejam sua

preocupação central ou que não estejam manifestas de forma explícita, as compras públicas da agricultura familiar apresentam contribuições neste processo.

Considerações finais

Como abordado neste artigo, não raro as respostas para os problemas de abastecimento alimentar e fome vivenciados no Brasil perpassaram apostas no livre mercado e no abastecimento global, ou no aumento da produção e produtividade agrícola. Nestas perspectivas, as políticas públicas diziam respeito a políticas comerciais e/ou cambiais e, desde a década de 1960, a políticas agrícolas ativas, como o crédito rural, preços mínimos, seguro rural, etc. No período recente, mesmo sendo considerado um “grande celeiro” para o mundo, narrativas neomalthusianas continuam dando sustentação às políticas agrícolas brasileiras, baseadas fundamentalmente no aumento da produção e na necessidade de inovações tecnológicas. Perspectivas focadas no acesso aos alimentos, em mecanismos de distribuição de renda, redução da desigualdade social e diminuição das perdas e dos desperdícios dos alimentos ainda são marginais na agenda pública.

No que concerne particularmente às políticas públicas, com foco ou que contribuem para a redução das perdas e dos desperdícios dos alimentos, chama a atenção que a temática do desperdício surge como preocupação da sociedade civil. A emergência dos Bancos de Alimentos associados ao trabalho de ONGs e do SESC é emblemática neste sentido. Posteriormente, principalmente com o Programa Fome Zero em 2003, essas ações passaram a ser incorporadas dentro da estratégia de segurança alimentar e nutricional do governo federal. Bancos de Alimentos, associação destes com outras ações governamentais (Ceasas e PAA), Prohort, pesquisa agropecuária e compras públicas da agricultura familiar são iniciativas governamentais que contribuem com a temática e a promoção da segurança alimentar e nutricional no País. Tais medidas envolvem o aproveitamento de alimentos que seriam desperdiçados; a promoção de boas práticas de logística, preparo, conservação e consumo dos alimentos; e o estímulo ao encurtamento das relações sociais entre produção e consumo, minimizando a atuação de intermediários, grandes deslocamentos ou aspectos

de logística mais complexos. Todas estas medidas situam-se no âmbito da distribuição e do consumo dos alimentos.

Observa-se, deste modo, que a preocupação com perdas e desperdícios de alimentos foi incorporada de maneira pontual e marginal nas políticas agrícolas e alimentares brasileiras. Tais políticas seguem privilegiando a produção e o possível papel do país no abastecimento global de *commodities*, ainda que respostas pautadas no acesso, na promoção de sistemas agroalimentares sustentáveis, e na redução de perdas e desperdícios de alimentos poderiam ter maiores repercussões para a segurança alimentar e nutricional do País.

Referências

- BELIK, Walter. Mecanismos de coordenação na distribuição de alimentos no Brasil. In: BELIK, Walter (Org.). *Abastecimento e segurança alimentar*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ, 2000.
- BELIK, Walter; CUNHA, Altivo Roberto A. de Almeida; COSTA, L. A. Crise dos alimentos e estratégias para a redução do desperdício no contexto alimentar e nutricional do Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, v. 38, p. 107-132, 2012.
- BELIK, Walter; SILVA, José Graziano da; TAKAGI, Maya. Políticas de combate à fome no Brasil. *São Paulo em Perspectiva* (Impresso), Fundação Seade, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 119-129, 2001.
- CAISAN. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Subsídios da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN para a discussão sobre “Segurança Alimentar e Nutricional nos centros urbanos. In: PLENÁRIA DO CONSEA, 17., 2014, Brasília. *Anais...* Brasília, 26 de novembro de 2014.
- CUNHA, A. R. A. A. Dimensões estratégicas e dilemas das Centrais de Abastecimento no Brasil. *Revista de Política Agrícola*, v. xv, p. 37-46, 2006.
- EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Embrapa realiza ação para redução do desperdício de alimentos em Mesquita (RJ)*. 2 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/24794890/embrapa-realiza-acao-para-reducao-do-desperdicio-de-alimentos-em-mesquita-rj>>. Acesso em 3 out. 2017.
- FAO. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. *The state of food security and nutrition in the world: building resilience for peace and food security*, 2017.
- _____. *O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil 2015*. Brasília: FAO, 2015.
- FNDE. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. *Boas práticas da agricultura familiar para a alimentação escolar*. Brasil: FNDE, 2017.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 24. ed. São Paulo: Nacional, 1991.

GRISA, Catia et al. *Governança e performance do PAA: um estudo comparativo entre Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte*. 2015. (Relatório de pesquisa).

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa nacional por amostra de domicílio. *Segurança alimentar*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

INSTITUTO CIDADANIA. *Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil*. 2001.

LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Francisco C.T. *História política do abastecimento (1918-1974)*. Brasília: Ministério da Agricultura, 1979.

MALUF, Renato. *Segurança alimentar e nutricional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MENEZES, Francisco; PORTO, Silvio; GRISA, Catia. Abastecimento alimentar e compras públicas no Brasil: um resgate histórico. *Série Políticas sociais e de Alimentação*. Brasília: Centro de Excelência Contra a Fome, 2015. p. 54-111.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. *Programas evitam o desperdício de alimentos*. 13 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php/comunicacao/agencia-informma?view=blog&id=1666>>. Acesso em: 26 set. 2017.

PEIXOTO, Marcus; PINTO, Henrique Salles. Desperdício de alimentos: questões socioambientais, econômicas e regulatórias. *Boletim Legislativo*. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa, n. 41, 2016.

PELIANO, Ana M.M. *O mapa da fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar*. Brasília (DF): IPEA, 1993. (Documento de Política n. 14).

REVISTA IDEIAS NA MESA. Desperdício - o vilão de todos nós. *Revista Ideias na Mesa*, 2013.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1982. (Coleção Os economistas).

SABIO, Renata Pozelli et al. A vez dos HFs “feios”! *Hortifruti Brasil, CEPEA-ESALQ/USP*, ano 14, n. 148, 2015. Disponível em: <<http://www.hfbrasil.org.br/br/revista/acessar/a-vez-dos-hfs-feios.aspx>>. Acesso em: 18 set. 2017.

SEM DESPERDÍCIO. *Boas ideias*. Disponível em: <<https://www.semdesperdicio.org/boas-ideias>>. Acesso em: 4 out. 2017.

SESC-SP. Social do Comércio. Administração Regional no Estado de São Paulo. *Alimentos no lixo: marca do desperdício*. 5 set. 2006. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/online/artigo/3889_ALIMENTOS+NO+LIXO+MARCA+DO+DESPERDICIO>. Acesso em: 30 set. 2017.

SILIPRANDI, Emma C.; CINTRÃO, Rosangela P. As mulheres rurais e a diversidade de produtos no programa de aquisição de alimentos. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Org.). *PAA: 10 anos de aquisição de alimentos*. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: MDS, 2014. p. 114-151.